

PERÍODO DITATORIAL, COMO AFETOU A VIDA DAS MULHERES: ACERVO DA LUTA CONTRA A DITADURA COMO FONTE DE PESQUISA.

LEMOS, Humberta Soares¹

O trabalho tem como objetivo integrar os cursos de História e Arquivologia na pesquisa sobre a Ditadura Militar e a atuação das mulheres nesse período. Os documentos do Acervo da Luta Contra a Ditadura Militar, bem como acervos particulares se constituem em fontes fundamentais para essa pesquisa. É tratada a questão de como e porque as mulheres entraram na cena política durante a repressão, como utilizaram o espaço público e deixaram o espaço privado, a desconstrução da história feminina para depois ser reconstruída em bases mais sólidas e reais a questão do feminismo. Como a sociedade e as famílias viam essas mulheres que tanto lutavam a procura de seus pais, maridos, filhos, as ameaças, as prisões, as torturas sofridas, o exílio, a saudade, a Lei da Anistia, que deixou a maioria dos torturadores impunes, e o retorno ao Brasil. Coloca frente a frente à questão memória-desmemória e não a memória/esquecimento. Para esquecer é preciso conhecer, se conhecemos lembramos e se lembramos podemos, mas não devemos esquecer o nosso passado. É necessário retirar das cinzas a história dessas mulheres para que a sociedade brasileira lembre desse período e que ele nunca mais volte a acontecer.

Palavras-chave: Arquivo. Mulheres. Ditadura militar.

1- INTRODUÇÃO

Vinte e um anos de terror não é possível esquecer esse tempo, é preciso lembrá-lo para que a convicção da ditadura militar nunca mais aconteça. A nação tem que conhecer toda a verdade desse tempo. E como conhecer essa verdade? Com o acesso aos documentos da ditadura militar, não somente o que querem que a gente conheça, mas também o que de fato queremos conhecer. Não queremos mais somente a fonte oral dessa história, mas sim a fonte documental fundamentada em fatos. Para que um dia possamos sim respirar aliviados e dizer que isso nunca mais se repetirá.

É fundamental hoje que se abram todos os arquivos do período militar. No Brasil a ditadura “matou” oficialmente mais de 400 pessoas (entre elas muitas mulheres), fora os “desaparecidos” e os que se “suicidavam”. Então precisaríamos saber porque essas pessoas foram mortas, é importante saber o que orientou esse tipo de política, esse é apenas um aspecto de como é importante para a nação brasileira, a abertura dos arquivos da Ditadura Militar.

¹ Discente de Arquivologia (UFSM). E-mail: humbertasoares@gmail.com

2- PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA. PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA.

A história das mulheres apesar dos silêncios, milenarmente impostos, está superando os limites que a sociedade reservou. As mulheres brasileiras e sua participação, tanto na vida pública e/ou privada, não pode mais ser menosprezada e sim destacada.

Recuperar a luta feminina na democratização dos direitos civis, políticos, sociais e de gênero passa também pelo descortinar de sua memória e dos registros de sua ação/reação. Com o intuito de legar as mulheres o seu lugar na luta contra a Ditadura Militar (1964-1985) e pela democratização da sociedade, este trabalho se propõe a tornar visíveis seus nomes, faces, lágrimas e sorrisos, entre derrotas e vitórias. Assim, os documentos do Acervo da Luta Contra a Ditadura do Rio Grande do Sul bem como acervos particulares se constituem em fontes fundamentais para esta pesquisa.

Uma das coisas que se sabe é que as mulheres foram as primeiras a sair às ruas a procura de seus pais, maridos e filhos presos, torturados, mortos ou “desaparecidos”. Mas não se contentavam em apenas protestar e voltar para casa e esperar os resultados, elas começaram a invadir o espaço público, que antes era apenas de domínio masculino. Até então, às mulheres era reservado o espaço privado, com amor, emoção, intuição e aos homens o espaço público, política, cultura, razão, justiça e poder.

Muitas dessas mulheres participavam de organizações clandestinas, indo à luta junto com homens, sendo em seguida, algumas incorporadas às organizações de esquerda que muitas vezes, ou melhor, a maioria das vezes relutavam em aceitar essas militantes. As que ingressavam na luta armada não tinham preparo, então observavam e levantavam informações, mesmo assim, é vista como incapaz tutelada pelo pai ou marido. Por serem vistas como incapazes, tentavam se igualar aos homens, negando a sua condição feminina. Julgavam-se sem importância para serem presas junto com os homens, as representações de inferioridade são demonstradas com a forma de linguagem, para quem ultrapassa barreiras, resta à desqualificação como indivíduo desviante e acabam assumindo para si o discurso masculino.

Na década de 70 as mulheres aparecem com força crescente, em 1975 é criado o Movimento Feminino pela Anistia, a mulher se transforma em sujeito político, deixando de ser coadjuvante para ser protagonista.

A memória dos “Anos de Chumbo” antecedeu o feminismo no Brasil, a presença das mulheres na luta armada era uma transgressão, assumiam um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e o casamento. Ser feminista tinha uma conotação pejorativa, pois para a direita era imoral e para a esquerda, reformismo burguês e para alguns homens e mulheres o feminismo era anti-feminista.

Na luta pelo fim da Ditadura Militar, as mulheres foram às ruas, junto com os homens foram presas, torturadas, exiladas e com a Lei da Anistia em 1979 puderam voltar ao Brasil.

O sistema repressivo não fazia distinção entre homens e mulheres, o que diferia era a forma da tortura. As razões de estado predominavam sobre o direito a vida, e uma gravidez deixava a mulher mais vulnerável à tortura. Elas sofriam agressões físicas e morais, a coação psicológica em alguns casos levava ao aborto.

Muitas guardam até hoje, só para si os vexames e violações sofridas, algumas eram presas e usadas como coação moral sobre o interrogando, essa coação se dava na forma de que, se eles não falassem as mulheres também seriam torturadas.

A questão da violência contra a mulher começa a ser tratada por delegacias especializadas na década de 80. Já o pleito de 1982 foi emblemático para a oposição ao regime militar, uma série de candidatas foi eleita com propostas ousadas e desafiadoras para a época. As atuações políticas perdem-se, acumulam-se aos silêncios, a história é parcial, pois silencia ou esconde sujeitos históricos como operários escravos e mulheres são colocados em uma arena de menor importância. Para Michel Foucault é necessário desconstruir a história feminina para em seguida reconstruí-la em bases mais reais.

A história acaba colocando frente-a-frente à questão memória-desmemória, e não memória e esquecimento, pois só se pode esquecer se houver memória, só se pode apagar o que uma vez foi lembrança e só foi lembrado o que foi conhecido. O esquecimento e o silêncio sobre os desaparecidos políticos induzem a reconhecê-los em uma categoria que podemos chamar de exclusão histórica.

A experiência traumática se perpetua através dos anos, às motivações repressivas de controle são indutores de um “esquecimento organizado”, pois as pessoas fazem o possível para esquecer o que aconteceu, assim “renegando” um pedaço de sua história.

Para esquecer é preciso conhecer, se conhecemos lembramos e se lembramos podemos enfim esquecer, o que ainda é um desafio dos familiares de desaparecidos durante a Ditadura Militar.

Em 12.12.2004 há a denúncia da queima de documentos produzidos pelas Forças Armadas dentro da Base Aérea de Salvador. Papéis parcialmente destruídos em meio a outros arquivos incinerados. Os documentos que puderam ser recuperados datavam de 1964 a 1994. Os “arquivos da repressão” possuem uma série de especificidades quanto a sua existência, organização, preservação e difusão, questões essas que extrapolam os limites da arquivística e atingem âmbito ético e político. Esses arquivos possuem além do valor histórico e judicial um valor de memória e um valor de identidade, produzidos para compensar as vítimas pelas arbitrariedades e violações a seus direitos humanos. (...) [Caroline Silveira Bauer, as ditaduras de segurança nacional pág.: 124.]

Os arquivos da repressão são um legado para as novas gerações, são patrimônio da humanidade, não podemos, enquanto arquivistas e também enquanto cidadãos deixar que esses arquivos sejam renegados, incinerados, e ignorados como se a documentação e o período nunca tivessem existido.

Os arquivos do DOPS/RS foram incinerados em 27 de maio de 1982 e a documentação não foi micro filmada. Retirar das cinzas a história dessas mulheres é mais do que apenas contar o que aconteceu e sim, mostrar para a sociedade brasileira, que tal período não deve ser esquecido, e sim lembrado para que nunca mais volte a acontecer.

3- MORTAS E DESAPARECIDAS

MORTES OFICIAIS:

1964

- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;

1965

- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;

1966

- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;

1967

- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
1968
- Maria Ângela Ribeiro
1969
- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
1970
- Alceri Maria Gomes da Silva – nascida em maio de 1943 em Porto Alegre, militante do VPR, assassinada em 17 de maio de 1970 quando sua casa foi invadida por agentes dos órgãos de segurança. A família não recebeu o atestado de óbito e nem foi informada do local da sepultura.
- Lucimar Brandão Guimarães
1971
- Iara Iavelberg
- Marilene Vilas-Boas Pinto
- Nilda Carvalho Cunha
1972
- Ana Maria Nacinovic Correa
- Aurora Maria Nascimento Furtado
- Ligia Maria Salgado Nóbrega
- Lourdes Maria Wanderli Pontes Luis Andrade de Sá e Benevides
- Maria Regina Lobo Leite Figueiredo
- Miriam Lopes Verbena

- 1973
- Anatólia de Souza Alves de Mello
- Pauline Philipe Rischtul
- Ranúsia Alves Rodrigues
- Soledad Barret Viedma
- Sônia Maria de Moraes Angel Jones – nasceu em 09.11.1946 em Santiago do Boqueirão, morta aos 27 anos em São Paulo. Casou-se com Stuart Angel em 18.08.1968.
- 1974
- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
- 1975

- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
1976
- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
1977
- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
1978
- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
1979
- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
1980
- Lyda Monteiro da Silva
1981
- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
1982
- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
1983
- Margarida Maria Alves
1984
- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;
1985
- não há registro oficial de mulheres mortas nesse ano;

OUTRAS MORTES:

- ⇒ Catarina Abi-Eçab
- ⇒ Zuleika Angel Jones

MORTES NO EXÍLIO:

- ⇒ Carmen Jacomini
- ⇒ Gerosina Silva Pereira
- ⇒ Maria Auxiliadora Lara Barcelos
- ⇒ Terezinha Viana de Assis

DESAPARECIDAS

- ⇒ Ana Rosa Kucinsck Silva
- ⇒ Áurea Eliza Pereira Valadão Coqueiro
- ⇒ Dinaelza Soares Santana
- ⇒ Dinalva Oliveira Teixeira
- ⇒ Heleni Telles Ferreira Guariba
- ⇒ Helenira Resende de Souza Nazareth
- ⇒ Ieda Santos Delgado
- ⇒ Isis Dias de Oliveira
- ⇒ Jana Moroni Barroso
- ⇒ Lúcia Maria de Souza
- ⇒ Luiza Augusta Galirppe
- ⇒ Maria Augusta Thomaz
- ⇒ Maria Célia Correa
- ⇒ Maria Lúcia Petit da Silva
- ⇒ Telma Regina Cordeiro Correa
- ⇒ Walquíria Afonso Costa

4- BREVE CRONOLOGIA DO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL;

- ⇒ 13.03.1964 – João Goulart anuncia em comício na central do Brasil (RJ), a necessidade de reformas de base;
- ⇒ 09.04.1964 – AI 1 – permite a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos;
- ⇒ 27.10.1965 – AI 2 – extingue partidos políticos, impõe eleições indiretas, decreta estado de sítio sem consulta prévia do congresso, intervenção nos estados, fecha o congresso;
- ⇒ 05.02.1966 –AI 3 – eleições indiretas para governadores e nomeação de prefeitos;
- ⇒ 24.03.1966 – oficializados o MDB, que reuniu principalmente parlamentares do extinto PTB e se transformou na oposição ao

Regime Militar e ARENA, partido de sustentação dos governos militares;

- ⇒ 07.12.1966 – AI 4 – obriga o congresso a votar o projeto da constituição;
- ⇒ 01.06.1968 – passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro;
- ⇒ 18.07.1968 — Membros do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) invadem e depredam o Teatro Ruth Escobar , em São Paulo, além de espancar o elenco da peça "Roda Viva";
- ⇒ 12.10.1968 – aproximadamente 1200 estudantes são presos no congresso clandestino da UNE;
- ⇒ 18.09.1969 – nova lei de segurança nacional;
- ⇒ 26.01.1970 – decreto-lei 1077 institui a censura;
- ⇒ 20.01.1971 – Stuart Angel é preso, torturado, morto no Centro de Informações de Segurança na Aeronáutica (CISA), no Rio de Janeiro;
- ⇒ 12.04.1972 – aproximadamente 3000 homens do exército chegam ao Araguaia dando inicio a 1ª campanha contra a guerrilha formada por militantes do PCdoB;
- ⇒ 20.06.1975 – fundado o movimento feminino pela anistia no Rio Grande do Sul, presidido por Lícia Peres em extensão ao movimento nacionalmente dirigido pela advogada Therezinha Zerbini;
- ⇒ 25.10.1975 – morto sob tortura Vladimir Herzog no DOI-CODI de São Paulo;
- ⇒ 14.04.1976 – morre em um acidente de carro, ocorrido em situação bastante estranha e jamais esclarecida Zuzu Angel, conhecida por sua coragem e firmeza em denunciar a tortura, morte, ocultação de cadáver de seu filho Stuart Angel;
- ⇒ 01.01.1978 – começa o movimento pela Anistia “Ampla Geral e Irrestrita”;
- ⇒ 12.02.1979 – O CBA-SP exhibe, no estádio do Morumbi, durante jogo entre Corinthians e Santos, uma grande faixa com os dizeres "Anistia ampla, geral e irrestrita", A faixa é transmitida

pelas redes de televisão, e os jornais do dia seguinte circularam com fotos;

- ⇒ 28.08.1979 – sancionada a lei da Anistia que beneficia 4600 pessoas. Com ela podem voltar ao Brasil: Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes, entre outros;
- ⇒ 21.11.1979 – extintos ARENA e MDB, podem ser criados outros partidos;
- ⇒ 13.11.1980 – aprovada no congresso a emenda constitucional que estabelece eleições diretas para governadores;
- ⇒ 02.06.1981 – Polícia Federal divulga a lista de comunistas que inclui: Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Suplicy, Chico Buarque de Hollanda;
- ⇒ 25.01.1984 – comício pelas “Diretas Já”
- ⇒ 15.01.1985 – eleito Tancredo Neves pelo colégio eleitoral;
- ⇒ 21.04.1985 – morre Tancredo Neves

BIBLOGRAFIA:

GASPAROTTO, Alessandra; Os dias eram assim... Alguns apontamentos sobre história e memórias da ditadura no Brasil. As ditaduras de segurança nacional Brasil e Conesul pág. 94.

MARTINS, Ismênia de Lima; Autoritarismo e arquivo no Brasil. Idem, pág. 111.

BAUER, Caroline Silveira; Arquivos mortos ou arquivos vivos? Os arquivos da repressão das ditaduras civil-militares de segurança nacional do Conesul. Idem, pág. 124.

CARBONARI, Márcia; a atuação da mulher na resistência à ditadura militar.

PADRÓS, Henrique Serra; Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. História em revista, núcleo de documentação histórica, Instituto de ciências humanas, Pelotas; UFPel nº. 10, 2004.

SARTI, Cynthia; O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido.

BELOZZO, Edson; REZENDE, Maria José de ; A participação das mulheres nos movimentos sociais brasileiros nas décadas de 1970 e 1980. A luta pela redemocratização.

COLLING, Ana Maria; As mulheres e a ditadura militar no Brasil.

BRASIL NUNCA MAIS

MURAT, Lucia; Que bom te ver viva. 1989.

ACERVO DA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR NO RIO GRANDE DO SUL – www.acervoditadura.rs.gov.br

www.torturanuncamais.org,tj